

Resolução

Plenário de Sindicatos da Frente Comum

2 de Julho de 2024

Os problemas com que se confrontam os trabalhadores da Administração Pública e os Serviços Públicos, continuam a agudizar-se.

Duas décadas de perda de poder de compra, de degradação das Carreiras Profissionais, de desinvestimento nos Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado, constituíram um caminho de desvalorização do trabalho e da capacidade de respostas públicas e universais às necessidades das populações, que importa desde já reverter.

Perante este cenário de desvalorização de quem trabalha, em particular dos trabalhadores da Administração Pública, o governo opta pelo silêncio, recusando-se a sequer calendarizar e dar início a um processo negocial que ponha fim a este rumo.

Reafirmando que existem soluções efectivas, contidas na Proposta Reivindicativa Comum 2024, já entregue ao governo, importa que estas sejam negociadas e implementadas.

Assim, os presentes no Plenário de Sindicatos da Frente Comum, exigem ao governo:

- A imediata negociação de um aumento intercalar, para todos os trabalhadores da Administração pública, que permita inverter o rumo de perda de poder de compra e contribua para a valorização efectiva do seu trabalho;
- A negociação de medidas que contribuam para o efectivo reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado;
- A calendarização de negociações que permitam a valorização das carreiras e profissões;
- O fim da precariedade na Administração Pública, assegurando que a cada posto de trabalho efectivo corresponde um vínculo de trabalho permanente.

Os presentes no Plenário de Sindicatos, revolvem ainda:

- Encetar todas as formas de Luta que entendam necessárias e adequadas à prossecução dos seus objectivos.

Lisboa, 2 de Julho de 2024

NOVA MORADA

Av. Engº Arantes e Oliveira, 3 - 1º A
1900-221 Lisboa
Tel.: 213 172 480
Email: fnstfps@fnstfps.pt

www.frentecomum.com